

UNIÃO DAS ESQUERDAS SUL CAPIXABA
DENÚNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

**TENSÃO EDUCACIONAL: SUPERLOTAÇÃO, REDUÇÃO DE CARGAS
HORÁRIAS E AMEAÇA AO ACESSO ESCOLAR**

ITAPEMIRIM - ES

2023

INTRODUÇÃO

A presente denúncia tem como objetivo destacar as ações prejudiciais contínuas por parte do poder público executivo municipal de Itapemirim em relação à educação pública do município. Essas ações se intensificaram após a nomeação do novo secretário municipal de educação, RAFAEL PERIN DOS SANTOS, conforme estabelecido no DECRETO Nº 19.854/2023, publicado no Diário Oficial em 15 de agosto de 2023.

Esta denúncia busca aprofundar a análise e compilar todos os relatos e reivindicações da sociedade civil, incluindo professores e servidores públicos, que forneceram informações e depoimentos sobre os eventos ocorridos. Além disso, destacamos questões importantes que merecem atenção:

Fechamento de Turmas e Superlotação: O fechamento de várias salas de aula resultou na superlotação das turmas, em desrespeito à legislação que estabelece um limite de alunos por metro quadrado.

Impacto na Classe de Professores: Os professores enfrentam reduções significativas em suas cargas horárias em pleno mês de setembro, resultando em perdas salariais substanciais e incertezas quanto ao futuro profissional.

Violação da Legislação de Alunos com Necessidades Especiais: A legislação relativa ao número de alunos com necessidades especiais está sendo violada devido à superlotação, o que afeta a qualidade da educação oferecida.

Ameaça de Fechamento das Escolas Rurais: Existe uma ameaça iminente de fechamento das escolas nas áreas rurais, o que poderia impactar negativamente os alunos que teriam que percorrer longas distâncias para acessar o ensino.

Impactos Psicológicos e na Saúde Mental dos Estudantes: As mudanças repentinas no ambiente escolar podem afetar o bem-estar emocional dos estudantes, ressaltando a importância da presença de profissionais de saúde mental nas escolas.

Possíveis Impactos na Aplicação do Saeb 2023: As medidas adotadas pela prefeitura podem afetar a qualidade do ensino e o desempenho dos alunos nas avaliações, incluindo o Saeb, com implicações financeiras e acadêmicas.

Nossa intenção é fornecer ao Ministério Público as informações necessárias para conduzir uma investigação eficiente e, se necessário, defender os interesses públicos da sociedade civil de Itapemirim.

DO FECHAMENTO DAS SALAS DE AULA.

Conforme relatos, após reunião do conselho municipal de educação no dia 28 de agosto de 2023, diversas turmas de escolas municipais foram fechadas, e os alunos foram redistribuídos para outras turmas já existentes. Conforme narrado em ata da reunião deste dia que diz:

Por unanimidade, o conselho votou pela otimização/reestruturação das turmas, uma vez que fosse procedido da seguinte maneira: para as turmas que podem ser reestruturadas no mesmo turno, a ação seria imediata após a conversa de orientação com os gestores, neste caso, teriam turmas no ensino fundamental I e II, no segundo caso onde se deve reestruturar em turnos diferentes, formando um novo agrupamento, essa demanda seria atendida após diálogo com a comunidade escolar, onde o gestor da instituição faria esse encaminhamento e alterações de turmas conforme orientação do setor da inspeção escolar (estudo direcionado).

Isso resultou em vários inconvenientes, principalmente para os professores, que sofreram uma redução salarial repentina, um tópico que será detalhado posteriormente neste documento. Além disso, essa reorganização resultou na superlotação das salas de aula, o que pode prejudicar o desempenho acadêmico, a interação entre os alunos e os novos professores e colegas de turma.

Os fechamentos de turmas se intensificaram ao longo da segunda semana de setembro, abrangendo todo o município de Itapemirim e afetando várias escolas distintas. Esse impacto foi significativo na rede municipal de ensino e na classe de professores, que relataram que as informações fornecidas indicavam que os cortes tinham como justificativa a necessidade de reduzir despesas devido a uma suposta falta de recursos financeiros na Secretaria de Educação.

É importante notar que as medidas adotadas pelo executivo municipal vão contra o interesse público, pois reduzem o espaço disponível por aluno, contrariando a Lei 4731/12 da Constituição Brasileira, que estabelece regras específicas sobre o dimensionamento das salas de aula e a necessidade de garantir condições adequadas de espaço para o aprendizado. Essa lei tem o objetivo de assegurar a segurança, o conforto e a qualidade do ensino, e quando esses padrões não são cumpridos, como parece ser o caso no relato, isso pode ser uma violação da lei. Portanto, é fundamental investigar se as medidas adotadas pelo executivo municipal estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Constituição Brasileira.

DA CLASSE DE PROFESSORES E OS IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS.

O impacto do fechamento de salas de aula e as demissões de professores em setembro, próximo ao fim do ano letivo, pode ser significativo na vida de um professor, tanto financeiramente quanto em outros aspectos, entre eles:

Perda Salarial: O fechamento de turmas e a redistribuição de alunos podem levar à redução do número de aulas disponíveis para os professores. Isso se traduz em uma perda significativa de renda, uma vez que o salário dos professores muitas vezes está diretamente relacionado ao número de aulas que ministram. A perda salarial pode ser particularmente impactante quando ocorre de forma abrupta e próximo ao final do ano letivo.

Insegurança Financeira: A demissão ou a redução drástica das horas de trabalho em setembro pode criar insegurança financeira para o professor, uma vez que a busca por novas oportunidades de emprego durante o ano letivo pode ser desafiadora. Muitos professores dependem de suas posições durante todo o ano para atender às suas despesas e obrigações financeiras.

Impacto Psicológico: Além do impacto financeiro, demissões e incertezas na carreira podem ter um impacto psicológico significativo nos professores. O estresse e a ansiedade associados à perda de emprego e à instabilidade financeira podem afetar negativamente o bem-estar mental.

Comprometimento da Qualidade de Ensino: A superlotação das salas de aula devido à redistribuição de alunos pode sobrecarregar os professores que permanecem, dificultando o fornecimento de um ensino de qualidade. A atenção individualizada aos alunos e a capacidade de atender às necessidades educacionais individuais podem ser comprometidas.

Desmotivação e Desgaste Profissional: A perda de emprego ou a redução das horas de trabalho em um momento tão crítico do ano letivo pode levar à desmotivação e ao desgaste profissional. Professores podem se sentir desvalorizados e desencorajados em sua carreira.

O fechamento de salas de aula e as demissões de professores próximas ao fim do ano letivo têm implicações financeiras e emocionais substanciais para os educadores. É importante que as autoridades educacionais e os gestores levem em consideração esses impactos ao tomar decisões que afetam o pessoal docente, buscando soluções que minimizem os efeitos negativos sobre os professores e, conseqüentemente, sobre a qualidade da educação oferecida aos alunos.

DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

A legislação referente ao número de alunos com necessidades especiais está sendo violada devido à superlotação nas salas de aula. De acordo com a legislação vigente, a relação estabelecida é que, para cada aluno especial matriculado, o número máximo de alunos sem necessidades especiais deve ser de 20.

Entretanto, a situação atual nas escolas municipais de Itapemirim, como descrita anteriormente, está em desacordo com esse requisito legal. O fechamento de turmas e a redistribuição de alunos resultaram em salas de aula superlotadas, o que compromete a qualidade da educação oferecida e afeta a experiência de aprendizado tanto dos alunos com necessidades especiais quanto dos demais.

É fundamental que as autoridades competentes revejam essa situação e tomem medidas adequadas para garantir o cumprimento da legislação, assegurando

que as condições de ensino sejam compatíveis com as normas estabelecidas. Isso não apenas protege os direitos dos alunos com necessidades especiais, mas também contribui para um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz para todos os estudantes.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96): Esta é uma legislação fundamental que estabelece as diretrizes gerais para a educação no Brasil. Ela inclui disposições sobre a educação inclusiva e a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15): Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, esta lei estabelece direitos e garantias às pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação inclusiva. Ela reforça a importância de proporcionar condições adequadas de aprendizado para todos os estudantes.

Decreto nº 7.611/11: Este decreto regulamenta a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e estabelece diretrizes para a organização do atendimento educacional especializado nas escolas públicas e privadas.

Lei nº 10.098/00 e Decreto nº 5.296/04: Essas legislações tratam da acessibilidade e da eliminação de barreiras arquitetônicas em ambientes públicos e privados, incluindo escolas.

DA AMEAÇA DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS CAMPESINAS

No meio de tantas mudanças súbitas e incertezas no cenário educacional do município, surgem preocupações em relação a possíveis encerramentos das escolas campesinas, que são as instituições situadas nas regiões rurais do interior do município. Essas preocupações são compartilhadas por professores, moradores locais próximos a essas escolas e servidores públicos. Após uma investigação realizada junto a membros do COMEI (Conselho Municipal de Educação de

Itapemirim), identificamos que essas preocupações surgiram durante a reunião deste órgão em 28 de agosto de 2023, onde um trecho da ata registrou o seguinte:

Outro apontamento feito pelo conselho em sua unanimidade é a situação do estudo da polarização das escolas de campo, isso não significa o fechamento, mas que amparado também na Resolução do CEE, seja feita essa reestruturação e relocação em escolas maiores que estão inseridas no âmbito campesino.

Mesmo que a ata enfatize que "*isso não implica no fechamento*", a simples realocação compulsória dos alunos pode enfraquecer essas escolas, o que, por sua vez, pode estar em desacordo com a Lei nº 9.394/96, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta lei estabelece diretrizes fundamentais para a educação no Brasil, incluindo o princípio da igualdade de oportunidades para o acesso e a permanência na escola.

A realocação desses alunos pode acarretar vários transtornos, como desafios relacionados ao transporte escolar ou ao deslocamento até a nova instituição de ensino, uma vez que poderiam ter que percorrer distâncias superiores a um quilômetro de suas residências. Isso está sujeito às normas que regulamentam o transporte escolar, incluindo normas estaduais que estabelecem o seguinte critério:

O transporte escolar beneficiará alunos de ensino fundamental, médio e da Educação de Jovens e Adultos que residam a uma distância igual ou maior de 03 (três) quilômetros da escola ou da linha tronco, salvo situações em que for identificado risco de vida e áreas de vulnerabilidade.

Além disso, a realocação dos alunos pode ter implicações psicológicas, afetando os laços de amizade, a relação entre famílias, comunidades e escolas, uma vez que essas escolas geralmente estão localizadas nas proximidades das casas dos estudantes.

A realização de uma mudança desse porte, sem um planejamento adequado, especialmente no final do ano letivo, pode resultar em inúmeros desafios no desempenho acadêmico dos alunos realocados, pois as turmas podem diferir em termos de progresso no currículo e conteúdo ensinado.

Além disso, é importante considerar que a realocação de alunos das escolas campeiras pode, potencialmente, criar precedentes para o fechamento futuro dessas instituições. À medida que o tempo passa desde a realocação inicial, torna-se mais difícil desfazê-la, o que poderia deixar essas escolas sem alunos e abrir espaço para justificar seu fechamento pela Secretaria de Educação do município no futuro.

Além de seu papel crucial na educação das comunidades rurais, vale ressaltar que as escolas campesinas também desempenham um papel fundamental no processo democrático, uma vez que são utilizadas pela Justiça Eleitoral como locais de votação durante as eleições. O fechamento dessas escolas poderia acarretar uma série de problemas para a realização das eleições, incluindo o fechamento de seções eleitorais e a necessidade de realocação para locais distantes, muitas vezes desprovidos de transporte público urbano eficiente. Isso poderia resultar em um ônus significativo para os moradores dessas regiões, que teriam que percorrer longas distâncias a pé para exercer seu direito democrático de votar, destacando ainda mais a importância de manter essas escolas em funcionamento para garantir a acessibilidade ao processo eleitoral.

DOS IMPACTOS PSICOLÓGICOS E A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES

A Lei Federal nº 13.935, que determina a presença de psicólogas(os) e assistentes sociais nas escolas públicas de educação básica, no contexto dos impactos psicológicos e da saúde mental dos estudantes. As preocupações sobre o fechamento de escolas e a realocação de alunos, como mencionadas na denúncia, podem afetar o bem-estar emocional dos estudantes. Nesse sentido, a presença de psicólogas(os) e assistentes sociais nas escolas desempenha um papel fundamental na oferta de suporte emocional, aconselhamento e orientação para os alunos que enfrentam dificuldades emocionais e psicológicas devido às mudanças abruptas em seu ambiente escolar.

É importante observar que a lei estabelece a obrigatoriedade da presença desses profissionais, destacando a importância do suporte à saúde mental dos estudantes. Portanto, antes de tomar decisões que afetem a estrutura escolar, como o fechamento de escolas campesinas, a prefeitura de Itapemirim deveria considerar a necessidade de consultar psicólogos e assistentes sociais para avaliar os impactos

emocionais dessas mudanças nos alunos e desenvolver estratégias para minimizar quaisquer efeitos adversos sobre a saúde mental dos estudantes.

Além disso, é importante observar que a Lei nº 13.935 estabelece um prazo para a implementação de suas disposições, dando aos sistemas de ensino um ano a partir da data de publicação da lei para tomar as providências necessárias. Se a prefeitura de Itapemirim não disponibilizar esses serviços em 2023, isso poderia representar um descumprimento dessa lei federal.

Portanto, a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas não apenas contribui para o apoio emocional dos estudantes, mas também está alinhada com as diretrizes legais estabelecidas pela Lei nº 13.935 e deve ser considerada na tomada de decisões que afetam a educação e o bem-estar dos alunos.

DA APLICAÇÃO DO SAEB 2023 E POSSÍVEIS IMPACTOS

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um importante instrumento de avaliação educacional no Brasil, com o propósito de avaliar a qualidade do ensino nas escolas públicas e fornecer informações cruciais sobre o desempenho dos estudantes e das instituições de ensino.

O fechamento de turmas, superlotação de salas de aula e redistribuição de alunos nas escolas municipais de Itapemirim, as medidas adotadas pela prefeitura têm o potencial de causar impactos substanciais no cenário do Saeb 2023. Este processo de avaliação está agendado para ocorrer de 23 de outubro a 10 de novembro e, dadas as mudanças recentes, há diversas implicações a serem consideradas.

Primeiramente, a superlotação das salas de aula, juntamente com a redistribuição dos alunos e a redução de professores, pode ter um efeito adverso no desempenho acadêmico dos estudantes. As mudanças abruptas no ambiente de aprendizado podem dificultar a adaptação dos alunos, refletindo potencialmente em resultados insatisfatórios nas avaliações, como o Saeb.

Além disso, a qualidade da educação fornecida também está em risco, uma vez que a superlotação das salas de aula pode sobrecarregar os professores,

prejudicando sua capacidade de atender às necessidades individuais dos alunos. Dessa forma, o Saeb, que avalia a qualidade do ensino, pode ser impactado negativamente.

A redistribuição dos alunos entre turmas diferentes pode levar a uma variação significativa no currículo e no conteúdo de ensino, tornando a avaliação comparativa entre escolas e alunos mais complexa, uma vez que eles podem estar em estágios distintos de aprendizado.

Outra consequência importante é o impacto na acessibilidade ao processo de aplicação do Saeb. Alunos realocados para escolas distantes podem enfrentar dificuldades relacionadas ao transporte, o que pode afetar sua presença nas avaliações.

Finalmente, as repercussões financeiras também precisam ser consideradas, uma vez que a nota do Saeb tem implicações diretas no financiamento da educação. Uma redução no desempenho dos alunos pode resultar em menos recursos financeiros para o município, tornando essencial avaliar as consequências das mudanças nas escolas para a alocação de recursos educacionais.

Em síntese, as medidas adotadas pela prefeitura de Itapemirim, especialmente a superlotação das salas de aula e a redistribuição dos alunos, têm o potencial de prejudicar a qualidade da educação e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos nas avaliações, incluindo o Saeb. Esses impactos não apenas afetam os alunos, mas também têm implicações significativas no financiamento da educação pública do município, destacando a importância de avaliar cuidadosamente as consequências de decisões relacionadas à educação.

PROVAS E ANEXOS:

Dados que comprovam os fatos narrados neste instrumento podem ser obtidos através do link a seguir:
https://drive.google.com/file/d/1xB4QvmtQBRlwLIVP8YLI2oh7_OPtvi4O/view?usp=s
haring